



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

250 anos de Porto Alegre – 200 anos da Independência do Brasil - Aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil, com o nome de Dom Pedro I – 180 anos das Revoluções Liberais de SP e MG – 170 anos da Batalha de Monte Caseros – 110 anos do início da Guerra do Contestado – 100 anos da Semana de Arte Moderna em São Paulo – 90 anos do início da Revolução Constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso – 80 anos dos afundamentos de 23 navios brasileiros por submarinos alemães em diversos lugares do mundo – Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália – 20 anos da conquista do pentacampeonato mundial de futebol na Copa do Mundo do Japão/Coréia do Sul pelo Brasil.

ANO 2022

Novembro

Nº 415

A morte do Conde de Porto Alegre

Carmen Lúcia Ferreira da Silva

O Conde de Porto Alegre, se não tivesse realmente existido de carne e osso seria um personagem fictício fascinante, daqueles que se assistem em filmes. E, dito isto, teria um final “the end” condizente com o imaginário dos heróis. Mas sua morte não ocorreu nas grandes batalhas, nem em extremas situações de perigo, onde à frente de seus homens obteve vitórias escritas na História do Brasil...

É preciso contextualizar o tempo em que viveu. A época era de constantes lutas contra os espanhóis pela delimitação e defesa das fronteiras no extremo sul do Brasil, e desde muito cedo, já aos 12 anos, conviveu ele com o perigo, acompanhando o avô e o pai.

Durante a Revolução Farroupilha participou ativamente da mesma e colocou-se em risco em dois enfrentamentos mais evidentes.

Em Pelotas, comandando apenas 80 recrutas contra 600 farroupilhas e sob ameaça de explosão do quartel com todos que ali se encontravam. Não daria e não deu chance para tanta morte e escolheu a rendição. Feito prisioneiro, durante o trajeto para Porto Alegre, soube do assassinato do seu comandante Albano, que também seguia preso para a capital.

Na capital, ficou trancado no Presiganga por cerca de dois meses. Este tempo no navio-prisão insalubre foi o suficiente para desenvolver reumatismo e artrite. Depois da retomada de Porto Alegre, recebeu licença em 1837 para se recuperar na Europa. Mas, continuou a se sentir mal e só voltou ao serviço no início de 1840.



Este padecimento o acompanhou por toda a vida, mas não o impediu de continuar na carreira militar. E, já em 1852, tornou-se o comandante vitorioso na grande Batalha de Monte Caseros. Por este feito contra Oribe e Rosas, somado à restauração da capital da Província do RGS passou a assinar “Barão de Porto Alegre”, conforme decreto imperial.

Entretanto, em 1859, resolveu pedir reforma “por sofrimentos físicos de caráter crônico”.

Com a ameaça de Solano Lopez ao Território Brasileiro, em 1865, aos 61 anos de idade ele se colocou à disposição do governo e assumiu a direção do Exército em Operações no Sul. Excelente estrategista, o “Centouro de Luvas” impediu o iminente derramamento de sangue. Cercou Uruguai-ana e intimou os invasores paraguaios para, no prazo de duas horas, capitularem com garantias. E assim foi.

Após a rendição de Uruguai-ana, ficaram as forças terrestres brasileiras constituídas de dois Corpos de Exército. O 2º Corpo ficou sob o comando do Barão de Porto Alegre, que em agosto foi elevado a Visconde.

Na sangrenta Guerra do Paraguai, que se prolongou até 1870, esteve no comando de 1865 a 1868, renunciando a todos os vencimentos a que tinha direito. Liderou o 2ª Corpo do Exército Brasileiro nos combates de Curuzu, Curupaiti e Estero-Rojas, entre outros. Nesta Guerra contra o ditador Lopez as tropas brasileiras, ao pisarem no território inimigo, estiveram frente a inúmeros perigos. O engenheiro britânico George Thompson, contratado por Lopez, ficou surpreso com a bravura dos brasileiros que avançaram sob fogo contínuo da artilharia, marchando com água quase até o pescoço.

O lugar era desconhecido, pantanoso e inóspito, cheio de armadilhas semelhantes a abatizes, varas com pontas afiadas colocadas estrategicamente em fileiras nas trincheiras e, caso ultrapassadas, atingiam mortalmente cavalos e cavaleiros. A obra “A História da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai”, do historiador General Tasso Fragoso (1869-1945) relata em detalhes todos os acontecimentos da Guerra.

Sentindo-se doente, em 27 de novembro de 1866, aos 63 anos, solicitou licença, passou o comando e voltou ao Brasil. Após algumas melhoras, em março de 1867, reassumiu o comando do 2º Corpo em Curuzu. O lugar, coberto de pântanos, foi o acampamento mais atingido por mortes por cólera morbus e outras moléstias endêmicas. Com a enchente do rio Paraguai, o general em chefe do 2º Corpo resolveu deslocar sua base para Tuiuti e dali seguiram-se vários embates...

Atento, o serviço de espionagem paraguaio soube que, no dia 2 de novembro, o 2º Corpo fora desfalcado de dois fortes batalhões e dos homens que formaram a segurança do comboio dos víveres. O ataque surpresa foi marcado para a madrugada seguinte, dia 3, com 8.000 homens das melhores tropas paraguaias, numa proporção de 20 para 1 dos aliados.

Duas testemunhas, o major Cunha Matos e o General Bormann, registraram os acontecimentos que poderiam ser uma cena heroica dos antigos filmes do Império Romano.

Achava-se o Visconde de Porto Alegre, cedo acordado e preparando seu uniforme, com seu estado-maior aguardando fora da barraca para iniciarem seu passeio habitual pela estrada de Tuiuti a Tui-Cué, quando as colunas paraguaias invadiram o local por três pontos, incendiando e com descargas cerradas.

Imediatamente o Visconde deu as ordens necessárias para deter o inimigo. Os paraguaios reconheceram o general brasileiro por seu uniforme branco, apontaram as armas, e, por duas vezes, mataram os cavalos. Os paraguaios gritaram – “Caiu o general”, supondo que estivesse morto para buscarem seu cadáver. A pé, o Visconde seguiu combatendo e rápido montou novos cavalos, ante os estupefatos paraguaios, que recuaram. A cena foi incrível e o Visconde estava vivo, sem nenhum ferimento. Contaram 47 furos de projéteis de infantaria nas abas da sua farda, muito tempo guardada no antigo Museu da Ilha de Bom Jesus no Rio de Janeiro, que já não existe.

A vitória na segunda Batalha de Tuiuti foi para as páginas da História. Luta sangrenta que deixou muitas baixas, mas vencida graças à bravura do comandante e de suas tropas brasileiras.

No ano seguinte, em 16 de janeiro de 1868, o Visconde solicitou, ao Comandante em Chefe Caxias, substituição no comando do 2º Corpo por motivo de doença. A exoneração foi concedida no dia 27 e ele voltou ao Brasil, encerrando sua participação na Guerra do Paraguai. E recebeu o título de Conde de Porto Alegre.

Eleito novamente deputado pelo Partido Liberal, em 1872, dividiu seu tempo entre a Província do Rio Grande do Sul e a Corte do Rio de Janeiro. Quando ocorriam as sessões do Parlamento se hospedava na casa da irmã Joaquina Marques de Souza, casada com o chanceler Carneiro Leão.

Contrariando as estatísticas registradas no século XIX, o Conde de Porto Alegre era um idoso de 71 anos de idade recém completados ao falecer. Dados da pesquisa de Schwartz, publicados na revista eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo, apontam que, em 1879, a expectativa de vida de um brasileiro branco ao nascer era de apenas 27 anos. Portanto, não seguiu nenhuma previsão e a morte veio ao seu encontro de modo inesperado, fora dos campos de batalha.

Em “Cousas do Passado”, o historiador e diretor do Arquivo Nacional Luís Gastão d’Escragnolle Dória (1869 – 1948) relatou que ele visitava seu amigo João Lustosa da Cunha Paranaguá (depois Marquês) quando caiu de sua coupê (carruagem). O ferimento gerou um abscesso e depois gangrena. Apesar da dor, não reclamava e o falecimento do Tenente-General Conde de Porto Alegre ocorreu pelas sete da manhã do dia 18 de julho de 1875.

Foi grande a repercussão para a época. Entre os homens que carregaram seu caixão no Rio de Janeiro estavam Caxias, Rio Branco, Tamandaré e o Visconde de Mauá.

O parlamento suspendeu as sessões e houve muitas manifestações de sentimento. No dia 19, o Diário do Parlamento, registrou a abertura da sessão às onze e cinquenta e cinco da manhã, encerrando logo após as honras ao Conde de Porto Alegre. O deputado Balbino da Cunha em seu discurso de despedida afirmou que “mais de uma vez ilustrou seu nome no campo de batalha, arriscando denodadamente o seu sangue sempre que se tratava de defender a honra, a dignidade e os legítimos interesses de nossa querida Pátria”.

E Ferreira Vianna confirmou que “O elogio do Conde de Porto Alegre está escrito pela sua própria espada e com o seu sangue na história da Pátria, e proclamado pela voz do povo, incorruptível e imortal”.

O historiador Alfredo Rodrigues Ferreira, na obra “Vultos e Fatos da Revolução Farroupilha”, descreveu o retorno à terra natal. Cuidadosamente embalsamado, o cadáver seguiu com destino a Rio Grande no transporte de guerra Vassimon, entrando na barra em 1º de novembro. Oficiais

efetivos e reformados do Exército velaram o corpo na câmara de bordo, transformada em câmara ardente. O féretro desembarcou, celebrando-se, no dia seguinte, dia de luto e consternação, solenes exéquias, na igreja de N. Sra. Do Monte do Carmo. Transportado para a canhoneira Henrique Martins, seguiu para Porto Alegre, onde chegou no dia 5. Na capital, mais de cinco mil pessoas assistiram às solenes cerimônias fúnebres. Desde então, repousa na sepultura nº 584 do 2º quadro, na alameda histórica do Cemitério da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, numa pequena capela parecida com aquelas que se encontram em Portugal, e que era típica da época.

Contava seu bisneto José Parreira Ferreira da Silva que, em muitas datas, o Exército e o povo comparecia para reverenciar e orar pelo Conde. E, como médico, examinou o corpo embalsamado e constatou que apresentava sinais nas pernas, testemunha de seu sofrimento físico desde a Revolução Farroupilha.

Provavelmente seu médico era Caldre e Fião (1821-1876). Há diversas despesas médicas cobradas pelo Dr. Caldre Fião em um dos dois volumes do Inventário guardado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Encontra-se no Museu de Comunicação Hypólito José da Costa, em Porto Alegre, publicação de 25 de julho de 1875 de “O Amolador”, exemplificando na imprensa a repercussão pela perda do Conde.



O poeta Múcio Teixeira (1857-1926), em “Os Gaúchos”, dedicou-lhe os versos:

*“Tu não morrestes, não, ilustre Conde!
Como, quando pra nós o sol se esconde
Na banda ocidental*

*Surge na parte oposta deste mundo,
Assim o teu espírito profundo
Revive, – és imortal!”*

Foi então que o repouso do guerreiro foi bruscamente interrompido... segundo notícia publicada no Correio do Povo de 14 de junho de 1911.



Mausoléu do Conde de
Porto Alegre

Profanação

“Temos a registrar um facto revoltante ocorrido no cemiterio catholico desta capital. Trata-se do arrombamento do mausoléu do general Manoel Marques de Souza, conde de Porto Alegre. A porta de bronze do monumento, que é de marmore, apresenta vestigios de violencia. No interior, ve-se o caixão mortuario descoberto, estando rasgado o pano de veludo negro, com applicações de ouro, que se achava sobre elle. O grande vidro que tapa o esquife, na parte superior, foi quebrado. A farda com que fôra vestido o corpo, depois de embalsamado, acha-se intacta. Em summa, o estado do mausoléu denota que mãos perversas o profanaram. Já ha tempo, no anno de 1899, um ex-sargento do exército e da policia municipal tentara furtar os castiçaes de prata que circundavam aquelle esquife, no interior do monumento. O mausoléu do conde de Porto Alegre foi construido em 24 de novembro de 1875, tendo seu corpo sido embalsamado no Rio de Janeiro, onde fallecera o glorioso brasileiro.”

No Panteão da Pátria seu nome está inscrito entre os heróis brasileiros.
MANOEL MARQUES DE SOUZA III, Conde de Porto Alegre (13 junho 1804 -18 julho 1875)
Filho de Manoel Marques de Souza II (1780-1824) e Senhorinha da Silveira
Neto de Manoel Marques de Souza I (1743-1822) e Joaquina de Azevedo Lima.

Jornalista Carmen Lucia Ferreira da Silva,

Trineta do Conde de Porto Alegre

Acadêmica da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS, Cadeira

Conde de Porto Alegre.

A Proclamação da República

José Carlos Pöpl Filho¹

A Proclamação da República aconteceu em 15 de novembro de 1889 e foi motivada pela insatisfação de diferentes grupos da sociedade, sobretudo os militares, com a monarquia.

Havia também descontentamento entre elites emergentes com a sub-representação na política da monarquia. Grupos na sociedade começavam a exigir maior participação pela via eleitoral. A questão abolicionista também somou forças ao movimento republicano. Esses grupos se uniram em um golpe que derrubou a monarquia e expulsou a família real do Brasil.

A proclamação da República foi fruto de inúmeros fatores conjugados, não podendo, portanto, ser reduzida a uma “questão militar” e a insurreição de unidades militares aquarteladas em São Cristóvão. Na verdade, não existiu uma “questão militar”, mas sim um estado de incompreensão e inconformismo entre o Exército e a elite monárquica dirigente.

A aspiração republicana era muito antiga no Brasil e se evidenciou em vários movimentos anticoloniais, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Confederação do Equador (1824), mas esses movimentos foram instrumentos de contestação ao regime colonial e a autocracia de D. Pedro I, respectivamente.

Assim, a República, basicamente, foi fruto de três grandes crises: a do regime monárquico; a do sistema escravista; e a militar, que foram como hemorragias internas, que sucessivamente anemizaram o organismo monárquico mais do que parecera à época.

Logo, o início do movimento situa-se na década de 1870, com o lançamento do Manifesto Republicano, e principalmente na década de 1880, quando afloraram os ideais republicanos.

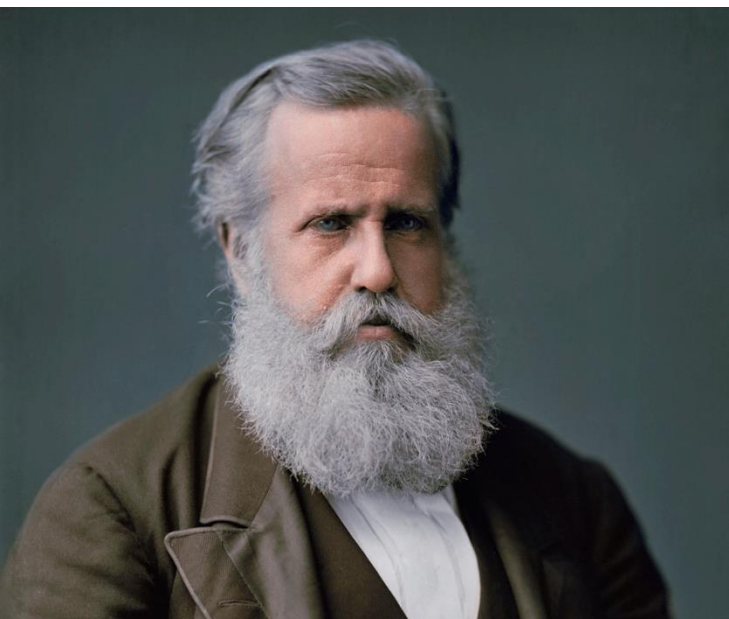
Inicialmente, a crise do regime monárquico decorreu da perda do apoio das elites oligárquicas: poderosa oligarquia paulista ligada à exportação do café; e das oligarquias mineira e gaúcha, ligadas a exploração econômica da pecuária. Para estas oligarquias, a monarquia dificultava o acesso às decisões políticas do governo central, dominadas pelos partidos monarquistas tradicionais – Liberal e Conservador, e por instituições fechadas, como o Senado Vitalício e o Conselho de Estado (órgão consultivo do imperador). Além disso, havia o poder pessoal do imperador (Poder Moderador), capaz de dissolver o Parlamento e o Ministério. Portanto, crescia a ideia que o melhor regime para o Brasil seria uma república, além de verem na monarquia um regime antiquado que não mais servia aos seus interesses.

A outra grande crise do regime monárquico foi a abolição da escravatura, precedida por leis que de fato acabaram progressivamente com a escravidão, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), ambas atravessadas por calorosos debates.

Desde 1863, os Estados Unidos haviam declarado o fim da escravidão. A partir de 1870, o Império do Brasil era praticamente a última nação escravocrata do mundo, fato que colocava o país e o Imperador em situação constrangedora nas relações internacionais. Apesar das pressões externas para extingui-la, a escravidão era administrada pela política imperial de modo a ser superada muito lentamente, evitando rupturas sociais e econômicas.

Desta forma, a grande questão social a ser resolvida, na perspectiva das elites, era o que fazer com os milhões de escravos africanos libertos, e, quanto à questão econômica, era como suprir a demanda de mão de obra, principalmente, dos cafezais, principal produto de exportação do Império (a solução adotada, como se sabe, foi a imigração), bem como indenizar os proprietários de escravos, que seriam despojados de seus bens, pela libertação dos escravos, quando as finanças imperiais se encontravam exauridas pela Guerra do Paraguai.

¹ Coronel de Infantaria e Estado-Maior do Exército Brasileiro. Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas, RS.



Afinal, recém fazia 18 meses fora abolida a escravidão, e já começava a alastrar-se um sentimento profundo contra a Coroa. A sorte da Monarquia passava a desinteressar os antigos proprietários de escravos. E estes não eram poucos. Em 1887 seriam 723.500 os escravos, valendo 1 milhão de contos de réis, que em algumas horas foram subtraída da fortuna dos proprietários. Então, se a função da Monarquia era ser o pilar da manutenção do sistema escravista, extinto com a Lei Áurea em 1888, para que mantê-la?

Por fim, para os militares do Exército, o problema era outro, pois estes gradativamente começaram a manifestar sua insatisfação pelo tratamento recebido do governo imperial, uma vez que após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) o Exército tomou consciência de sua importância para a defesa nacional, e, ao mesmo tempo, de sua fragilidade operacional.

Aliás, o próprio Exército somente consolidou seu processo de profissionalização em meados do século XIX, e sobretudo após a referida guerra.

O Exército era uma instituição historicamente desprezada pela elite monárquica brasileira, que se orgulhava de ter evitado o surgimento do “caudilhismo militar” no Brasil, ao contrário das vizinhas repúblicas sul-americanas lideradas por chefes político-militares locais, os “caudilhos”. Essas elites monárquicas prestigiavam a Guarda Nacional, formada em parte por grandes proprietários de terras como oficiais.

Realmente não havia uma tradição caudilhesca no Exército, mas a oficialidade mais jovem que abraçara os ideais do positivismo e do republicanismo e era amplamente favorável a abolição, sentia que o Império, com seu sistema de privilégios na atribuição de cargos e promoções e na defesa da escravidão, era um obstáculo a constituição de uma burocracia armada moderna e eficiente que os beneficiaria.



Defendiam, portanto, o princípio do recrutamento entre cidadãos livres, base dos exércitos nacionais criados ao longo do século XIX, e o princípio de promoção na carreira militar em função técnica e do mérito pessoal, o que entrava em choque com o mundo da monarquia brasileira, onde imperava a escravidão e o clientelismo, no qual para subir na carreira militar, manter boas relações com a nobreza era mais importante do que o valor e o mérito individuais.

Havia ainda uma questão importante da política interna no contexto da guerra para o Imperador D. Pedro II: o Terceiro Reinado. Com a morte dos filhos varões, o Imperador vai procurar firmar seu genro, o Conde d’Eu, na política brasileira, pois ele se encontrava muito inseguro com sua herdeira, a jovem princesa Isabel, que certamente enfrentaria o preconceito de gênero na patriarcal sociedade brasileira.

Por conseguinte, o Imperador queria tornar aceitável a figura do Conde d’Eu para a elite política, que não tolerava o fato de ele ser francês e ter um pensamento liberal. Para tanto, o Imperador fez do Conde d’Eu comandante-em-chefe dos exércitos aliados, após Caxias ter se desligado do comando das tropas. Embora tivesse sido recebido como herói de guerra pelo povo brasileiro, continuou não sendo aceito pela elite política.

Assim, a proclamação aconteceu na Assembleia Legislativa Municipal, onde republicanos decidiram realizar uma sessão extraordinária na Câmara do Rio de Janeiro para que fosse realizada uma solenidade de Proclamação da República, sendo anunciada pelo vereador José do Patrocínio. Houve celebração nas ruas

do Rio de Janeiro, com os envolvidos na proclamação puxando vivas à República e cantando A Marselhesa (canção revolucionária produzida durante a Revolução Francesa) nas ruas da capital.

Durante essa sucessão de acontecimentos, foi organizada uma tentativa de resistência sob a liderança de André Rebouças (página anterior) e do Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel, mas essa resistência fracassou.



O imperador D. Pedro II permaneceu crente de que a situação seria facilmente resolvida, mas não foi assim que aconteceu.

Um governo provisório foi formado, o marechal Deodoro da Fonseca foi nomeado como presidente do Brasil e outros envolvidos com o golpe assumiram pastas importantes no governo. A família real foi expulsa no dia 16 de novembro e, no dia seguinte, embarcaram com seus bens para a cidade de Lisboa, em Portugal.

Consequentemente, a Proclamação da República mudou radicalmente a história brasileira. Trocaram-se os símbolos nacionais e novos heróis, como Tiradentes, foram estabelecidos. Além da mudança da forma de go-

verno, o Brasil passou a ser uma nação com poder descentralizado, pois foi implantado o federalismo. Mudanças aconteceram no sistema eleitoral, pois o critério censitário foi abandonado, e foi estabelecido o sufrágio universal masculino para homens com mais de 21 anos. O Brasil se tornou um Estado laico, e o presidencialismo tornou-se o sistema de governo. A organização da República tomou forma quando foi promulgada uma nova Constituição no ano de 1889. A década de 1890 ficou marcada por ser um período de disputa entre republicanos e monarquistas e deodoristas e florianistas.

No entanto, uma vez proclamada a República, buscou-se legitimá-la no imaginário popular, pois a mesma ficou restrita a um pequeno grupo, ou, talvez ninguém tenha dito tanto em tão poucas palavras como Aristides Lobo: "o povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava". É que ninguém a esperava. O Partido Republicano era numericamente pequeno, embora estivesse em expansão, em algumas províncias. Enquanto o velho Imperador vivesse, não se concebia a queda do Império, hipótese (não) admitida para um 3º Reinado, especialmente pela pouca simpatia de que gozava o Conde d'Eu.

Desta forma, havia a necessidade de um herói que emanasse os valores e as aspirações que o novo regime exigia e a população necessitava. Logo, a figura de Tiradentes ganhou força, embora muitos não imaginassem que este seria um forte candidato a herói nacional. Campos Sales, por exemplo, tinha um retrato deste em sua sala, o que demonstra que ele não era completamente desconhecido.

Para tanto, dado as contradições em torno da construção do personagem, a participação de historiadores e literatos na exposição do imaginário que estava por vir era primordial, sendo que os segundos saíram na frente, como, por exemplo, com a publicação de "As liras", de Gonzaga, publicadas em 1840.

Assim, a disputa entre a figura de Tiradentes e Pedro I passou a fazer parte da batalha entre republicanos e monarquistas. Tal conflito não pode ser analisado apenas no período em que a República fora proclamada, e, sim, fora antes mesmo do novo regime, uma vez que a Inconfidência Mineira resultou na morte por enforcamento de Tiradentes, e no local fora construída uma estátua da pessoa que o enforcara, o então neto da rainha.

Por isso, a República buscou uma figura com a cara da nação, e os fatores que possibilitaram tal façanha, além dos já citados, foram vários. Como o fato de Tiradentes ter participado dum espaço geográfico politicamente privilegiado, Minas Gerais, não ter ido a nenhuma guerra. A tradição cristã do povo facilitava

a construção de um Cristo cívico, e as alusões, vão desde a morte, assemelhando-se a Jesus no calvário, ao fato deste, assim também como Jesus ter sido traído, até mesmo sua feição, a de Tiradentes, fora associado à de Jesus Cristo. Tal imaginário fora construído com total suporte dos positivistas e transposto para quadros, monumentos, livros, e em 21 de abril de 1890 fora criado o feriado nacional, e, ao longo do processo histórico, vários outros governos se apropriaram da figura de Tiradentes na construção e manutenção do imaginário da nação.

Por conseguinte, ficou evidente a busca pela legitimação do novo regime, quando procurou-se identificá-lo com mitos e heróis presentes no imaginário popular, sendo Tiradentes o escolhido.

Consequentemente, a Proclamação da República não pode ser atribuída tão somente a uma crise militar, pois, na verdade, o regime monárquico encontrava-se em decadência desde quando as poderosas elites econômicas, como os cafeicultores paulistas ligados à exportação do café, se tornaram republicanos, não porquê queriam mudar as hierarquias sociais, democratizar a política ou acabar com a escravidão, mas sim porque se sentiam pouco representadas pelo imperador e dentro de um regime que não mais atendia aos seus interesses.

Isto posto, salienta-se que havia um grupo de militares, particularmente a jovem oficialidade, que entrou em choque com a instituição monárquica, notadamente após a Guerra da Tríplice Aliança, quando o Exército deu-se conta de sua importância para a defesa nacional, e também de sua fragilidade operacional, o que fez com que o marechal Deodoro da Fonseca, para manter sua liderança no Exército, e sabendo que não poderia reprimir seus subordinados, amplamente abolicionistas e republicanos, aderisse à causa republicana.

Para concluir, o fato é que, silenciosamente, o Império caiu, e uma vez proclamada a República, buscou-se legitimá-la no imaginário popular, se apropriando, para tanto, da figura de Tiradentes na construção e manutenção do imaginário da nação.

Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal: **Centenário da Proclamação da República**. Separata da Revista de Informação Legislativa (a. 27 nº 106 – abr/jun. 1990).

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.

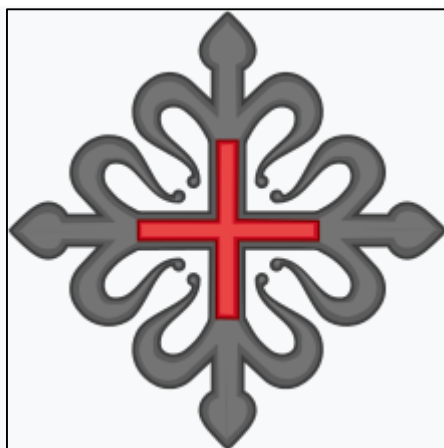
PEREIRA, Edinei. Resenha: **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. Blog Café com Sociologia. 2015. Disponível em:

<<http://www.cafecomsociologia.com/2015/11/resenha-formacao-das-almas-o-imaginario.html>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

#####

Você já ouviu falar na Ordem de Montesa?

- A** Ordem de Nossa Senhora de Montesa foi uma ordem militar cristã, limitada territorialmente ao Reino de Aragão.



Cruz de São Jorge de Montesa.

Antecedentes: os Templários

A Ordem dos Templários foi recebida com entusiasmo em Aragão desde a sua fundação em 1128. Quando de seu falecimento, em 1134, Afonso I de Aragão, sem herdeiros diretos, havia repartido em testamento os domínios de seu reino entre os Templários, os Hospitalários e a Ordem do Santo Sepulcro, mas o testamento foi contestado e, após nove anos de negociação com o Papado e a nobreza, um acordo foi concluído em 1143. Por ele, os Templários recebiam numerosas fortificações, juntamente com consideráveis vantagens fiscais e financeiras. Entre as primeiras, encontrava-se o Castelo de Monzón.

A criação da Ordem de Montesa

Apesar do ramo Aragonês da Ordem ter sido declarado inocente no famoso julgamento dos Templários, a bula do Papa Clemente V que suprimia a Ordem também lhe foi aplicada, apesar dos protestos do rei Jaime II de Aragão em 1312.

O soberano então solicitou ao Papa que lhe cedesse todas as rendas que aqueles auferiam em Aragão e Valência, para com elas formar uma nova Ordem Militar, com a responsabilidade de defesa das fronteiras contra o mouros e os piratas.

O pedido não foi atendido pelo pontífice, vindo a sê-lo no de seu sucessor, o Papa João XXII. A nova ordem foi dedicada a Nossa Senhora. O Papa aprovou a criação em 10 de Junho de 1317, e deu-lhe a regra da Ordem de Cister. O nome da Ordem deriva de São Jorge de Montesa, o seu principal bastião. Era filiada, e manteve-se na dependência da Ordem de Calatrava, de onde vieram os seus dez primeiros cavaleiros.

O primeiro dos seus catorze grandes mestres foi Guillermo de Eril. Em 1485, Filipe de Viana renunciou à Arquidiocese de Palermo para se tornar grão-mestre da Ordem. Veio a perecer em combate contra o Reino de Granada em 1488. A função de Grão-Mestre foi unida à Coroa com Filipe II de Espanha, em 1587.

Lista de Grão-Mestres da Ordem

- Guillermo de Eril (1319-1319)
- Arnaldo de Soler (1319-1327)

- Pedro de Thous (1327-1374)
- Alberto de Thous (1374-1382)
- Berenguer March (1382-1409)
- Romero de Corbera (1410-1445)
- Gilaberto de Monsavin (1445-1453)
- Luis Despuig (1453-1482)
- Felipe Vivas de Cañamanes y Boll (1482-1484)
- Felipe de Aragón y Navarra (1484-1488)
- Felipe Vivas de Cañamanes y Boll (1488-1492)
- Francisco Sanz (1493-1506)
- Francisco Bernardo Despuig (1506-1537)
- Francisco Llansol de Romani (1537-1544)
- Pedro Luis Garcerán de Borja (1545-1587)
- Reis de Espanha (1587-...)

Referências

- «Ordem Militar de Montesa na Catholic Encyclopedia» (em inglês)
- «Ordem Militar de Montesa em Heraldaria.com» (em espanhol)
- Deffiniciones de la Sagrada Religion y Cavalleria de Sancta Maria de Montesa y sanct Jorge.
- En Valencia : en casa de Pedro de Huete, 1573, Cota do exemplar digitalizado: r-10750-p, Biblioteca Nacional de Portugal.

Fonte: Wikipédia (depende de confirmação por outras fontes).

%%%%%%%%%

GEOPOLÍTICA

**Quem dominar o leste europeu dominará Heartland;
Quem dominar Heartland dominará a Ilha do Mundo;
Quem dominar a Ilha do Mundo dominará o mundo inteiro.**

(Halford John Mackinder)

Publicação a pedido, por oportuno e ainda em tempo:

Às Instituições e ao Povo Brasileiro

A cerca das manifestações populares que vêm ocorrendo em inúmeros locais do País, a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira reafirmam seu compromisso irretido e inabalável com o Povo Brasileiro, com a democracia e com a harmonia política e social

do Brasil, ratificado pelos valores e pelas tradições das Forças Armadas, sempre presentes e moderadoras nos mais importantes momentos de nossa história. A Constituição Federal estabelece os deveres e os direitos a serem observados por todos os brasileiros e que devem ser assegurados pelas Instituições, especialmente no que tange à livre manifestação do pensamento; à liberdade de reunião, pacificamente; e à liberdade de locomoção no território nacional. Nesse aspecto, ao regulamentar disposições do texto constitucional, por meio da Lei no 14.197, de 1o de setembro de 2021, o Parlamento Brasileiro foi bastante claro ao estabelecer que:

“Não constitui crime [...] a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais, por meio de passeatas, de reuniões, de greves, de aglomerações ou de qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais”.

Assim, são condenáveis tanto eventuais restrições a direitos, por parte de agentes públicos, quanto eventuais excessos cometidos em manifestações que possam restringir os direitos individuais e coletivos ou colocar em risco a segurança pública; bem como quaisquer ações, de indivíduos ou de entidades, públicas ou privadas, que alimentem a desarmonia na sociedade. A solução a possíveis controvérsias no seio da sociedade deve valer-se dos instrumentos legais do estado democrático de direito. Como forma essencial para o restabelecimento e a manutenção da paz social, cabe às autoridades da República, instituídas pelo Povo, o exercício do poder que “Dele” emana, a imediata atenção a todas as demandas legais e legítimas da população, bem como a estrita observância das atribuições e dos limites de suas competências, nos termos da Constituição Federal e da legislação. Da mesma forma, reiteramos a crença na importância da independência dos Poderes, em particular do Legislativo, Casa do Povo, destinatário natural dos anseios e pleitos da população, em nome da qual legisla e atua, sempre na busca de corrigir possíveis arbitrariedades ou descaminhos autocráticos que possam colocar em risco o bem maior de nossa sociedade, qual seja, a sua Liberdade. A construção da verdadeira Democracia pressupõe o culto à tolerância, à ordem e à paz social. As Forças Armadas permanecem vigilantes, atentas e focadas em seu papel constitucional na garantia de nossa Soberania, da Ordem e do Progresso, sempre em defesa de nosso Povo. Assim, temos primado pela Legalidade, Legitimidade e Estabilidade, transmitindo a nossos subordinados serenidade, confiança na cadeia de comando, coesão e patriotismo. O foco continuará a ser mantido no incansável cumprimento das nobres missões de Soldados Brasileiros, tendo como pilares de nossas convicções a Fé no Brasil e em seu pacífico e admirável Povo.

Brasília/DF, 11 de novembro de 2022.

Almirante de Esquadra **ALMIR GARNIER SANTOS**

Comandante da Marinha

General de Exército **MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES**

Comandante do Exército

Tenente-Brigadeiro do Ar **CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR**

Comandante da Aeronáutica

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano Presidente da AHIMTB/RS
lecaminha@gmail.com

Sites:

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com